

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DE 1.ª CLASSE

PROVA ORAL/MALOTE 2

GRUPO I – DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação hipotética:

Um carro do Poder Executivo estadual, após seu condutor ter realizado manobra imprudente, colidiu frontalmente com um automóvel particular, o que causou a morte instantânea do motorista do veículo particular. Após a devida apuração, constatou-se que o falecido não possuía carteira nacional de habilitação.

Nessa situação hipotética, se a família do motorista morto propuser ação judicial, caberá atenuação ou afastamento da responsabilidade civil do Estado pela alegação de culpa exclusiva da vítima, uma vez que esta não era habilitada para dirigir? À luz da doutrina e da jurisprudência, justifique sua resposta, discorrendo sobre as hipóteses que, em tese, eximem o Estado da responsabilidade civil.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DE 1.ª CLASSE

PROVA ORAL/MALOTE 2

GRUPO I – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 2

Discorra sobre a boa-fé objetiva contratual e indique, pelo menos, duas funções que garantem a sua exteriorização.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DE 1.ª CLASSE

PROVA ORAL/MALOTE 2

GRUPO I – DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 3

Os direitos fundamentais representam o núcleo das Constituições modernas. Exemplo disso é o amplo catálogo de direitos previstos pela Constituição Federal de 1988 e a expressa previsão, no parágrafo 1.º do seu art. 5.º, da aplicabilidade imediata das “normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais”.

Com base nessa afirmação, explique a diferença entre as dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO DE 1.ª CLASSE

PROVA ORAL/MALOTE 2

GRUPO I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 4

Acerca do benefício da gratuidade de justiça, informe:

- 1 quais são os instrumentos processuais adequados para o requerimento desse benefício;
 - 2 quais são os recursos cabíveis para reverter, respectivamente, a decisão interlocutória ou a sentença que indeferir o pedido de concessão desse benefício.
-